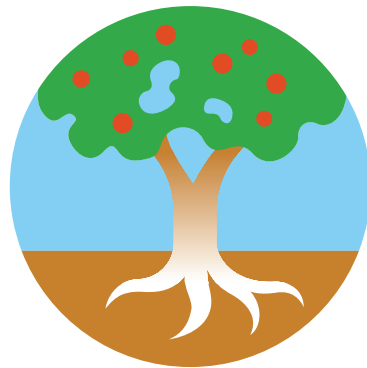
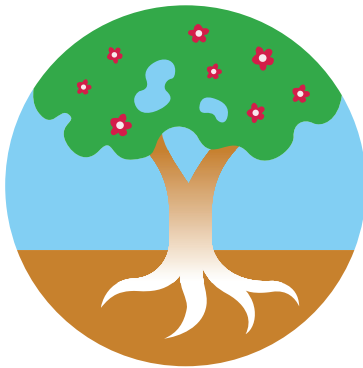


Caderno 3

O plano de SAN, seu monitoramento e avaliação.
Caderno 3

Grupo da Flor Grupo do Fruto



UNESP-UFPR-USP

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos
estados de São Paulo e Paraná

Organizadores

Maria Rita Marques de Oliveira
Regina Maria Ferreira Lang
Karina Rubia Nunes

Colaboradores

Sarah Cândido França
Suelen Franco

Material elaborado com recurso do convênio MDS/UNESP
Chamamento MDS/SESAN n. 01/2013

Acesse o material completo, disponível para download em
www.redesans.com.br

Contatos:

Rede-SANS (coordenação)
mrmolive@ibb.unesp.br (São Paulo)
reginalang@ufpr.br (Paraná)
Site: www.redesans.com.br
Tel (14) 3880-0146

Consea São Paulo

consea@consea.sp.gov.br
Site: www.consea.sp.gov.br
Tel (11) 5067-0444 | 0445

Consea Paraná

consea@seab.pr.gov.br
Site: www.consea.pr.gov.br
Tel (41) 3313-4706

SIGLAS

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

CAISAN - Câmara Intersetorial (ou interministerial) de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

CRSANS - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (em São Paulo)

CORESAN - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (no Paraná)

CODEAGRO - Coordenação de Desenvolvimento dos Agronegócios (São Paulo)

CATI - Coordenação de Assistência Técnica Integral (São Paulo)

NR - Núcleo Regional (Paraná)

DESAN - Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Paraná)

SISVAN - Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

ORIENTAÇÃO PARA A ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO SISAN

Da flor ao fruto

O plano de SAN, seu monitoramento e avaliação:

- Este material de apoio foi elaborado para os municípios que já aderiram ao SISAN e estão as voltas com as tarefas de elaboração, monitoramento e avaliação dos seus Planos de SAN.

Grupo da árvore com flores	o Município já aderiu ao SISAN - precisa agora elaborar seu plano de SAN.
Grupo da árvore com frutos	o Município já tem plano aprovado de SAN - precisa agora monitorar e avaliar seu plano.

- A elaboração do plano de SAN é atribuição da CAI-SAN. Os conselhos municipais **participam, avaliam e aprovam** o plano.

- A elaboração do plano de SAN é atribuição da CAI-SAN. Os conselhos municipais participam, avaliam e aprovam o plano.
- A elaboração do plano de SAN é atribuição da CAI-SAN. Os conselhos municipais participam, avaliam e aprovam o plano.

Lembrem sempre: O todo é muito mais que a soma das partes. Esse é o princípio que fundamenta a ação intersetorial que deve permear todo plano de SAN.

1. O PONTO DE PARTIDA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO

Antes de sistematizar o plano num documento, algumas questões chaves precisam ser debatidas e respondidas por todos os envolvidos:

Em que estágio o município se encontra na garantia da SAN?

Quais recursos o município dispõe para garantir suas conquistas e avançar nelas?

Quais estratégias (meios) para atingir os melhores resultados (fins)?

Quais os meios para aferir esses resultados?

Para se ter uma ideia global da situação do Município em relação à SAN, há que se empreender uma ampla pesquisa. Levantar as ações existentes em todas as secretarias e também nas instituições e organizações sociais do município.

Também será preciso juntar informações sobre as condições de vida, a economia, o sistema alimentar e a segurança alimentar e nutricional no município utilizando-se bancos de dados oficiais e pesquisas que tenham sido realizadas localmente.

Por fim, mas não menos importante, será preciso ouvir a população. É nos relatórios das conferências municipais que se obtém essas informações. Outra forma de ouvir a população é realizando fóruns de discussão, os quais podem ser temáticos (por exemplo: grupos de discussão conforme as diretrizes da Política Municipal/Nacional de SAN).

1. OS COMPONENTES DE UM PLANO DE SAN

O plano de SAN pode ter algumas variações, no entanto, o mais comum é apresentarem os seguintes componentes:

1. **Apresentação** - contextualização geral e local: ações existentes, desafios a serem enfrentados e o propósito do Plano.
2. **Diagnóstico situacional** - Texto descritivo realizado a partir de um levantamento das ações e dos dados existentes sobre a situação alimentar e nutricional da população, bem como dos resultados da participação popular (conferências, fóruns).
3. **Diretrizes (ou Desafios)** - sistematização do plano conforme as diretrizes da Política de SAN. São linhas que definem e regulam o caminho a seguir (posicionamento político/escopo). No Plano de SAN devem corresponder às diretrizes da Política Nacional de SAN (decreto 7.272)
4. **Ações** - Programas e atividades serem implementadas e avaliadas conforme sua complexidade. Um programa pode apresentar várias atividades. As ações relacionam-se às metas.
5. **Objetivos (das ações)** - o que se pretende com cada ação (programa ou atividade). Alvo que se pretende atingir por meio de uma ação/estratégia. Esses objetivos podem vir subentendidos nas metas, tornando-se opcionais no plano.
6. **Metas** - quantitativamente, aquilo que será feito para atingir o objetivo. Toda meta pressupõe uma medida e tem ações relacionadas para que possa ser atingida.

7. Indicadores de processo (eficiência e eficácia) - são as medidas com as quais se verificam as metas. Os indicadores de eficiência estão vinculados aos resultados das ações (ex. números de pessoas atendidas). A eficácia está relacionada a capacidade de executar o orçamento. O monitoramento de todos esses indicadores pode não ser viável para a CAISAN, razão pela qual nem sempre compõem dos planos de SAN.

8. Indicadores de resultados (efetividade) - são medidas que refletem o resultado efetivo das ações (ex: redução da obesidade, aumento do IDH).

9. Responsáveis - as secretarias e entidades responsáveis pela execução das ações.

10. Parceiros - as entidades que apoiarão a execução das ações, desenvolvendo parte das atividades ou mesmo contribuindo com recursos.

11. Orçamento/Recurso - a indicação de onde virá o recurso para executar a ação. Vincula-se ao Plano Plurianual (PPA). Fiquem atentos! A elaboração do PPA ocorre no primeiro ano de cada gestão municipal, o plano de SAN tem que se ajustar ao cronograma do PPA.

2. AS ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAN

A figura 1 mostra as quatro principais etapas para a elaboração do Plano de SAN.

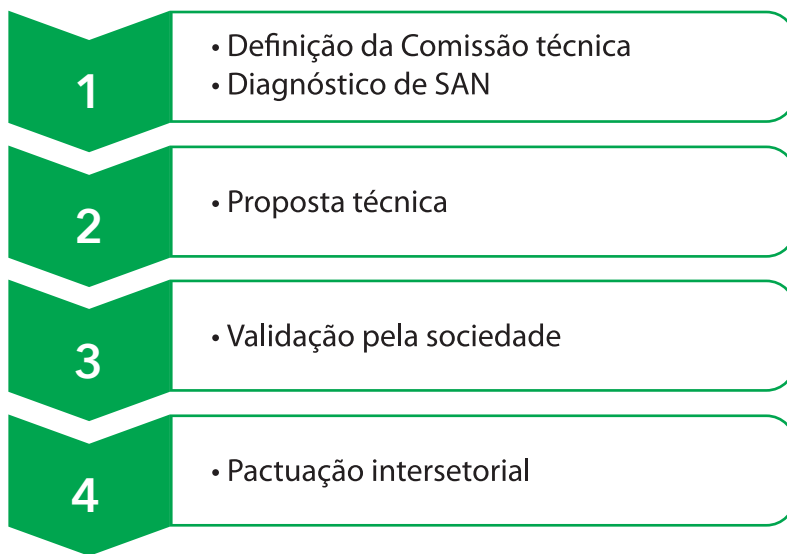


Figura 1: Etapas para elaboração do Plano de SAN.

1 PRIMEIRA ETAPA: Comissão Técnica e Diagnóstico de contextualização

2. Definição da Comissão (ou comitê) Técnica

A comissão técnica é composta por membros da CAISAN podendo ser integrada por representantes do Conselho Municipal de SAN e outras pessoas de interesse. Uma assessoria ou consultoria poderá ser contratada como facilitadora, ou mediadora, do trabalho da CAISAN. No entanto, a participação ativa dos membros da CAISAN e as consultas ao Conselho Municipal são imprescindíveis. Os critérios para definição da comissão técnica deve levar em conta a diversida-

de, incluir técnicos e especialistas ao menos da área da agricultura, saúde, educação e assistência social, com conhecimento sobre os temas tratados nas diretrizes da política de SAN ou, se preferir, nos grandes desafios do plano de SAN.

Organização do trabalho da comissão

Qual será a periodicidade de reuniões?

O trabalho será distribuído como?

Como serão registradas as reuniões?

Como será o trabalho de relatoria?

Quais serão os prazos?

Para o bom funcionamento da comissão sugere-se que as reuniões tenham pautas definidas e que se façam e distribua com antecedência, as minutas dos documentos a serem analisados e aprovados.

Se for o caso de uma oficina para tomada de decisão é importante planejá-la. Definir qual o produto que se deseja e quais as questões-chaves a serem debatidas para chegar nele.

Etapas

Mês 1 Mês 2 Mês 3 Mês 4 Mês 5 Mês 6

1 - Diagnóstico de SAN:

Levantamento dos dados oficiais

Levantamento dos registros de conferências e outros relatórios de fóruns da sociedade civil

Levantamentos dos Programas, Projetos e ações de SAN junto às secretarias

2 - Elaboração da Proposta técnica:

Passo 1. Definir a estrutura

Passo 2. Descrever a contextualização

Passo 3. Definir o quando lógico

Passo 4. Definir prioridades.

Atenção!!! Este passo envolve ampla discussão entre governo e sociedade

Passo 5. Definir indicadores

Passo 6. Formatar o documento

3 - Validar o documento junto à sociedade civil

4 - Pactuação intersetorial

A duração de cada etapa vai depender do tempo disponibilizado para o trabalho da comissão.

2. Diagnóstico de SAN

1. Levantamento de dados oficiais

Todos os dados que trazem informações sobre cada uma das dimensões da SAN expressas nas diretrizes de SAN deveriam ser consideradas. Algumas dessas encontram-se muito agregadas, em âmbito nacional, outras em âmbito estadual ou municipal. Pode ocorrer do município ter informações específicas.

É importante aproveitar a experiência dos presentes para obter o máximo de informações sobre cada dimensão da SAN, expressas nas diretrizes da sua Política. Por outro lado, será importante selecionar informações realmente significativas na hora de elaborar o documento e assim facilitar a visão do todo.

Alguns links importantes:

IBGE: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

MDS: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4

SISVAN: http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios_publicos/relatorios.php

SIAB: <http://www2.datasus.gov.br/SIAB/>

DATASAN: <<http://www.aplicacoes.mds.gov.br/dagi/datasocial>>

PAADATA: <http://www.aplicacoes.gov.br/sagi/paa>

Outros: www.mda.gov.br; www.conab.gov.br; www.fnde.gov.br; www.saude.gov.br e www.mma.gov.br.

Paraná:

IPARDES: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1

SIAGRO: <http://www.siagro.adapar.pr.gov.br/siagro/>

São Paulo:

Fundação SEADE: <http://www.seade.gov.br/>

B) Participação social

No SISAN, as Conferências de SAN, como componentes deste sistema, buscam garantir a participação social na formulação e acompanhamento das políticas de SAN. Há documentos de propostas referentes às conferências nacionais, estaduais, regionais e municipais. As conferências regionais e municipais podem não ter acontecido em determinadas regiões e municípios. Para aprofundar, atualizar ou levantar novas propostas, a comissão pode propor ao Conselho Municipal a realização de fóruns temáticos abertos a participação de toda a sociedade. Essa iniciativa também pode surgir no Conselho, como forma de subsidiar a Comissão.

O(s) representante(s) do Conselho de SAN na Comissão do Plano é que tem maior propriedade para juntar essas informações, as quais serão de grande importância na definição das prioridades do Plano de SAN.

C) Mutirão para levantamento e sistematização das ações

Cada secretaria da CAISAN deverá realizar um amplo levantamento das suas iniciativas de SAN, já respaldadas em seu PPA. Sugere-se que a comissão elabore uma planilha para padronizar as informações. A contribuição de cada secretaria deve ir além de um relatório das ações em execução, deve conter também propostas.

Sugestão de planilha:

Nome da ação (Programa, Projeto ou atividade)	Objetivo	Situação Atual
Relacionar aqui o nome das ações em andamento e futuras em cada uma das Secretarias.	Descrever brevemente o propósito da ação.	Refere-se a cobertura e condições operacionais. Como a Secretaria avalia o alcance e as condições de execução dessa ação?

Situação desejável	Articulação	Origem do orçamento
Refere-se a situação ideal de funcionamento do programa. Manutenção, ampliação, correção de falhas, etc.	Com foco na intersetorialidade, quais setores participam ou poderiam participar dessa ação.	Identificar no PPA onde se localiza ou deveria se localizar essa ação.

Na Rede-SANS há um roteiro de diagnóstico que pode servir de apoio ao trabalho das secretarias.

http://www.redesans.com.br/redesans/wp-content/uploads/2012/10/roteiro_para_realizacao_do_diagnostico.pdf

2. SEGUNDA ETAPA: Elaboração da proposta técnica.

Passo 1. Definir a estrutura central com base nas diretrizes da política nacional de SAN (decreto 7.272).

Propõe-se que a comissão examine a organização do Plano Nacional de SAN no que diz respeito aos desafios e considere a possibilidade de adotá-los. Outra forma de estruturação seria adotando as mesmas diretrizes da Política Nacional.

Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional - Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural - Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 E 6 da PNSAN;

MACRO DESAFIO: Promoção de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis

Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica - Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável - Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

Desafio 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias - Corresponde às Diretrizes 3 e 5 da PNSAN;

Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação - Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN;

Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural - Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN;

Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social - Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN;

Desafio 9 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional - Corresponde à Diretriz 7 da PNSAN.

Passo 2. Redigir o documento de contextualização - Para facilitar o trabalho da comissão é importante organizar todas as informações obtidas na fase de diagnóstico a partir dos desafios. Os desafios podem ser distribuídos entre os membros da comissão, os quais deverão organizar as informações existentes a respeito.

O que dizem os dados oficiais (indicadores)?

Quais as proposições da população nesta temática?

Que ações estão em curso? Quem as realiza?

Os relatores deverão ter em mente que esse documento deverá nortear todas as outras etapas. Ele será o ponto de partida para a construção do quadro lógico e poderá ser aprimorado durante aquele processo.

Passo 3. Definir os elementos do quadro lógico das metas

O quadro lógico define o plano de trabalho para 4 anos, em consonância com o PPA, estabelece as metas para esse período. É o principal elemento do Plano de SAN, uma importante ferramenta para a gestão da Política Municipal de SAN.

A primeira decisão da Comissão é quanto ao grau de detalhamento do plano. Por exemplo, alguns planos definem indicadores de avaliação para cada meta. Outros, selecionam apenas indicadores de efetividade da política, conforme as dimensões e desafios do plano. Não há dúvida que o monitoramento contínuo remate a cada meta, no entanto, isso não tem sido detalhado nos planos.

Alguns exemplos de quadros lógicos, são apresentados a seguir:

MODELO 1 (Fonte: CAISAN Nacional, 2016-2019)

1. Desafio:

1.1. Subtema:

Meta	Responsável	Parceiro	PPA
Refere-se a um resultado final a ser alcançado podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa (mensurável)	Secretária ou outro órgão executor	Nome dos colaboradores	Indicação da origem do recurso no Plano Plurianual (PPA).
Ações relacionadas: Meios necessários para alcançar as metas	Idem	Idem	Idem

MODELO 2 (Fonte: CAISAN Prefeitura de São Paulo, 2016-2019)

1. Diretriz:

1.1. Objetivo:

Ação	Objetivo	Meta	Atividades Estratégicas	Indicadores de Resultados
Correspondem a programas, projetos e atividades	Objetivo relacionado à ação	Relacionada à ação	Meios necessários para alcançar a meta	Relacionados às atividades

Responsáveis	Parceiros	Prazo	Fonte
Secretarias ou órgãos executores	Nome dos colaboradores	Tempo de duração da ação dentro dos 4 anos de PPA	Indicação da origem do recurso no Plano Plurianual (PPA)

MODELO 3 (Fonte: CAISAN Paraná, 2012-2015)

1. Diretriz:

Programa/ Projeto/ Ação	Órgão responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentários
Nome da ação e breve descrição	Secretarias ou órgãos executores	Nome dos colaboradores	Origem do recurso no PPA	

Passo 4. Definir prioridade elaborar os quadros lógicos

Essa é uma etapa de grande importância. Depois de elaborado o diagnóstico é hora de definir as prioridades e criar o quadro lógico do Plano. Isso se faz a partir e ampla participação. O ponto de partida pode ser um ensaio de ampliação das ações de cada secretaria com ações decorrentes das propostas da sociedade e de outras demandas percebidas a partir dos indicadores expressos em dados de pesquisa. Neste quadro lógico ampliado se estabelece metas e prioridades no PPA. As metas devem ser estabelecidas para o prazo de 4 anos, acompanhando o PPA.

Passo 5. Definir os indicadores de monitoramento

Alguns Planos incluem indicadores de monitoramento para cada uma das metas, como foi o caso do Município de São Paulo, já outros propõem o monitoramento de indicadores de efetividade em função dos desafios e dimensões da SAN. A definição dos indicadores deve levar em conta todos as diretrizes da Política de SAN, estar disponível e ser de fácil obtenção.

Há que se aferir sistematicamente os indicadores apontados no diagnóstico e nos desafios, considerando as seguintes **dimensões de análise**:

- produção e disponibilidade de alimentos;
- renda/acesso e gasto com alimentos;
- acesso à alimentação adequada;
- saúde e acesso a serviços de saúde;

- educação; e
- políticas públicas, orçamento e direitos humanos.

MODELO 1 (Fonte: CAISAN Nacional, 2016-2019)

Desafios	Dimensões de análise da SAN relacionadas	Indicadores de monitoramento	Fontes
Transcrição dos desafios indicados no quadro lógico	Indicar a dimensão	Identificar o indicador mais sensível e acessível possível	Indicar a fonte onde o indicador será obtido

MODELO 2 (Fonte: CAISAN Paraná, 2012-2015)

Dimensão/ indicador	Agregação territorial	Periodicidade	Fonte
Indicar a dimensão seguida do indicador	Informar se o dado encontra-se disponível para o Brasil, para o Estado ou para o município.	Em que o indicador será monitorado	Indicar a fonte onde o indicador será obtido

Passo 6. Formatar o documento

Elementos pré-textuais:

Capa – contém o nome do plano, os responsáveis (CAISAN e prefeitura), local e data.

Contra capa- Relaciona os gestores responsáveis e a equipe de elaboração

Folha de rosto - repete a capa

Prefácio (opcional) - pode ser escrito por uma autoridade, destacando a importância do Plano

Lista de figuras (opcional) - gráficos, fotos, ilustrações, se for o caso

Lista de tabelas (opcional)

Lista de abreviaturas e siglas (opcional)

Sumário

Elementos textuais:

- 1. Introdução** - apresenta o conteúdo do plano e sua importância
- 2. Percorso metodológico** - descreve o passo a passo da elaboração do plano (quem, quando e como)
- 3. Contextualização** - Corresponde ao texto elaborado pela comissão na primeira etapa
- 4. Estruturação dos desafios** - Corresponde a uma descrição sucinta da relação dos desafios (ou diretrizes, se optarem por elas) e quantidade de metas.
- 5. Quadro lógico das metas por desafios** - apresentação dos quadros, conforme já descrito.
- 6. Indicadores para o monitoramento por desafios** - apresentação, conforme já descrito.

Elementos pós-textuais:

Referências bibliográficas - utilizar preferencialmente a ABNT para relacionar todo material bibliográfico utilizado

Glossário (opcional) - um dicionário para os conceitos fundamentais para a compreensão da Política e do Plano.

Apêndice (opcional) - qualquer elemento (quadro, tabela, texto, etc.) que tenha sido produzido pelo grupo e sirva de material de apoio ao plano

Anexos (opcional) - qualquer elemento (quadro, tabela, texto, lei, etc.) que sirva de apoio à compreensão do plano, mas que não tenha sido produzido pelo grupo.

2.3. TERCEIRA ETAPA: Validação pela sociedade

O documento depois de formatado deverá ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de SAN. É importante ainda que seja submetido a uma consulta pública para sugestões, validação e apropriação pela sociedade.

2.4. QUARTA ETAPA: Pactuação Intersetorial

Depois de um parecer jurídico, o último passo será a pactuação intersetorial, na qual todas as Secretarias envolvidas validam o Plano e o mesmo poderá ser publicado. Recomenda-se o seu lançamento em um ato público formal.

3. O MONITORAMENTO E A DURAÇÃO DE UM PLANO DE SAN

3.1 Monitoramento contínuo

O plano de SAN constitui-se na principal ferramenta de trabalho para o conselheiro de SAN. É função do conselheiro acompanhar as ações do Plano. Há três dimensões para o monitoramento das ações de SAN:

Eficácia - refere-se à execução do orçamento conforme o planejado.

Eficiência - refere-se à execução das ações conforme o planejado.

Efetividade - refere-se ao resultado da ação sobre a melhoria da qualidade de vida da população, remete às dimensões de monitoramento obrigatórias no Plano.

O processo mais indicado para esse monitoramento é a “observação participante”. Trocando em miúdo “O conselheiro, como o cantor, tem que estar onde o povo está”.

Os membros da CAISAN precisam ter acesso aos dados de execução do PPA. Os registros de execução precisam ser bem planejados. Se necessário, Conselho municipal ou a CAISAN podem desenvolver pesquisas para avaliação das ações de SAN.

3.2 Avaliação dos resultados (efetividade)

Essa etapa acontece no quarto ano do Plano, no momento em que se prepara o plano seguinte. Há que se atualizar o levantamento feito para elaboração do plano. Levantar os dados relativos aos indicadores pactuados e verificar o alcance que se obteve para cada um. Esses resultados deverão ser amplamente discutidos e as propostas incorporadas no próximo plano.

Referências

BRASIL. Decreto 7.272 de agosto de 2010. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

CAMÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>

GOVERNO DO PARANÁ. Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015. Disponível em: <http://www.consea.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=550>

PREFEITURA DE SÃO PAULO. 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/PLAMSANVERSAO-FINALcompleta.pdf>

CAMÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Orientações para elaborar um plano de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios, 2014. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/plano_seguranca_alimentar_web_18_06_2014.pdf

Parceiros



"Na luta por um Brasil sem fome."

